OS JUDEUS NO BRASIL COLONIAL

Os judeus no Brasil colonial

RODOLFO GARCIA.

E' de presumir, embora faleçam documentos a respeito, que date das primeiras viagens portuguezas ás costas do Brasil o aparecimento do judeu ou christão-novo nas terras novamente descobertas por Pedro Alvares Cabral. Era gente afeita ao mar e ao commercio, que não deixaria escapar a oportunidade propicia á aventura e ao lucro.

Por uma carta de Piero Rondinelli, datada de Sevilha, 3 de Outubro de 1502 e divulgada pela *Raccolta Colombiana* (3ª parte, vol. II, ps. 121), sabe-se que a terra do Brasil ou dos Papagaios, foi arrendada a alguns christãos-novos, sob as condições de mandarem todos os annos seus navios a descobrir trezentas leguas de terra para diante, fabricarem uma fortaleza no descoberto e a conservarem por tres annos: no primeiro nada paga-

riam, no segundo pagariam um sexto, no terceiro um quarto do que levassem para o reino. O relatorio do veneziano Leonardo de Cha de Messer, escripto de 1506 a 1507, e publicado no *Livro Commemorativo do Descobrimento da America* pela Academia das Sciencias de Lisboa, adianta que o arrendamento era de vinte mil quintaes de pau-brasil, e devia durar um triennio, repetido em 1506, em 1509 e em 1511.

O nome de Fernão de Noronha aparece como um dos principaes arrendatarios, que mandava todos os annos homens e navios á terra do Brasil. Dessas viagens commerciaes bem pouco se apura dos documentos da época. Dellas, entretanto, é provavel que derivem esses varios individuos mais tarde encontrados em diversos pontos do litoral brasileiro, alguns tidos como degredados, outros como naufragos, todos integrados na vida dos habitantes indigenas, cheios de mulheres e filhos. O Caramurú, João Ramalho, Francisco de Chaves, o proprio mysterioso bacharel de Cananéa, aquelle castelhano que vivia no Rio Grande (do Norte), entre os Potiguáras, com os beiços furados como os delles, e tantos outros desconhecidos, — seriam quiçá desse numero de judeus, colonizadores expontaneos das terras de Santa Cruz.

* * *

A inquisição custou a entrar em Portugal. De 1531 a 1544 houve várias tentativas para o seu estabelecimento, que se tornou definitivo em 1547. Enquanto isso, sob ameaças de perseguição, os christãos-novos haviam de procurar abrigo no no Brasil, longe das vistas ferozes de seus perseguidores.

Por essa época, mais ou menos em 1540, chegou á Bahia, fixando-se nos Ilhéos, Felippe de Guilhen, castelhano, que antes vivia em Portugal. Fôra boticario no Porto de Santa Maria, tinha alguma cousa de mathematico, e na côrte portugueza fez saber a el-rei D. João III que lhe queria dar a arte de Léste a Oéste, com um astrolabio de tomar o sol a toda hora, pelo que conseguiu a mercê de cem mil réis de tença, "com o habito e corretagem da Casa da India, que valia muito." Descoberto que tal invento não passava de mystificação, foi preso, mandando-lhe então Gil Vicente umas trovas, em que vem esta décima:

"A' muchos hizo espantar
Vuesa próspera fortuna,
Pues nunca viste la mar,
Ni arroyo ni laguna,
Supistes muy bien pescar,
Diciendo el pubelo travieso
Contra vós, sabio profundo,

Por emendar-se el avieso
Justo fue que fuese preso
El mas suelto hombre del mundo..."

Na Bahia, em Porto Seguro, Guillen alcançou o lugar de provedor da fazenda real. Quando Thomé de Sousa determinou fazer a entrada em busca de minas de ouro, confiada a Espinhosa, Guillen inculcou-se para tomar parte na empresa; mas, avançado em idade e doente dos olhos, nada poude fazer. Ainda vivia cerca de 1571, conforme testemunho do jesuita Antonio Dias, que, denunciando perante a mesa do Santo Officio, na Bahia, a 16 de Agosto de 1591, disse que, haveria vinte annos, ouviu dizer em Porto Seguro que Felippe de Guillen, tido por christão-novo, quando se benzia o fazia com uma figa, e que dava por desculpa que tinha o dedo polegar comprido.

E' sabida a predilecção dos judeus pela arte de curar e sua derivada, a pharmacia. Mendes dos Remedios, Castro Boticario e muitos outros, são cognomes que denunciam ainda hoje, pela profissão ancestral, a origem judaica de seus portadores. Foram judeus os primeiros physicos ou *selorgiões* que vieram ao Brasil, com nomeações reaes. Jorge Fernandes chegou em companhia do segundo governador geral, D. Duarte da Costa, e serviu de physico durante tres annos. A 1 de Ju-

lho de 1556 mandou o governador risca-lo da folha de pagamento, mas vinte e um dias depois mandou readmitti-lo. Teve questões com D. Duarte, mas não era amigo do bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, de quem disse em carta publicada que "suas qualidades bastavam para despovoar um reino, quanto mais uma cidade tão pobre como esta." Faleceu em Junho de 1567. Vinte e cinco annos depois denunciava Fernão Ribeiro de Sousa, contando que, durante sua doença final, pediu o lavassem, quando morresse, e o enterrassem ao modo judaico, o que foi cumprido. O padre Luis da Gran tambem denunciou em 1591, que haveria trinta e cinco annos mais ou menos, que na cidade do Salvador fôra preso Jorge Fernandes, physico, meio christão-novo, por dizer que Christo nascera com corpo glorioso, immortal e impassivel, "e estando preso o perguntou a elle denunciante por duvida se era aquillo verdade ou não."

Outro physico foi o mestre Jorge de Valadares, que serviu pouco tempo, provavelmente christão-novo, como era com certeza seu substituto, o bacharel mestre Affonso Mendes, que devia ter vindo com Men de Sá, e foi uma das testemunhas que depuzeram no *Instrumento* passado áquelle governador em 1570. O conego Jacome de Queiroz accusou-o, quando elle não era mais do rol dos

vivos, de açoitar um crucifixo que possuia, como era fama publica geralmente tida por verdadeira.

Houve ainda um mestre Pedro e diversos outros cirurgiões, que não desmentiram a origem israelita, muito embora quasi nada se conheça de suas passagens pelo Brasil.

Os christãos-novos da Bahia tinham sua synagoga, ou esnoga, como vulgarmente se dizia, em Matuim. Heitor Antunes, personagem importante entre elles, chegou com Men de Sá e estabeleceu-se na capitania com sua mulher Anna Rodrigues e seis filhos, tres homens e tres mulheres, que todos casaram e tiveram dilatada descendencia. Uma das moças, Leonor, casou com Henrique Moniz Barreto, fidalgo da casa real, e vereador da Camara da Bahia e senhor de engenho em Matuim. Já era velhinha Anna Rodrigues, sogra de Moniz Barreto, quando foi presa pelo Santo Officio na Bahia, por culpas de judaismo, mandada para Lisboa e lá queimada viva.

Logo abaixo da gente de Heitor Antunes vinha a de Fernão Lopes, alfaiate que fôra do duque de Bragança, e não se sabe bem por que estava na Bahia, com sua mulher Branca Rodrigues e quatro filhas, que casaram e só uma parece não ter deixado geração; outra casou com o bacharel mestre Affonso, já referido, e desse casal nasceu Manuel Affonso, que apesar da impureza de sangue

chegou a ordenar-se sacerdote e foi meio conego da Sé da Bahia.

André Lopes Ulhoa pertencia ao numero dos christãos-novos abastados de bens na capitania. Morrendo-lhe uma tia muito querida, usou as formalidades do luto judaico durante seis mezes, tomando as refeições sobre uma caixa da India, baixa, e recebendo as visitas sentado no chão, em alcatifa. Foi por isso denunciado e preso pelo Santo Officio, que o enviou para Lisboa, onde os inquisidores o mandaram abjurar *de levi* em auto particular. Um seu tio, Diogo Lopes Ulhoa, acompanhou Christovão Cardoso de Barros na conquista de Sergipe e ahi obteve uma sesmaria; outro consta que foi queimado pela Inquisição.

Foram muitos, como se vê, os christãos-novos da Bahia que tiveram de justar contas com o tribunal presidido pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendoça, quando lá chegou solennemente a 9 de Junho de 1591, domingo de Santissima Trindade.

* * *

Forçados pelas perseguições do Santo Officio, desde que começou a funccionar em Lisboa, devem ser sem conta os judeus que abandonaram Portugal para viver no Brasil, como linhas acima ficou accentuado. Uns tinham bens de fortuna,

que trataram de fazer augmentar na colonia por meios licitos, e tambem illicitos. Bento Dias de Santiago foi do numero dos primeiros. Teve o contrato dos dizimos reaes nas capitanias de Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Itamaracá, pelo menos desde 23 de Dezembro de 1575, mas antes dessa data já se encontrava em Pernambuco, senhor do engenho de Camaragibe. Ainda era contratante em 25 de Novembro de 1583, data do alvará que lhe deu a móra de dez dias, com fundamento na provisão de 20 de Setembro do anno precedente, do rei Felippe II, que mandava adoptar em seus dominios a correcção gregoriana, em virtude da qual ao dia 4 de Outubro de 1582 seguia, não o dia 5, mas o dia 15, sendo o immediato 16, e assim por diante até o dia 31, contando o referido mez apenas vinte e um dias naquelle anno.

Pelas suas posses era individuo influente na côrte portugueza; chegou a obter uma sesmaria na ilha de Itamaracá, de que aliás não fez grande cabedal, porque deixou prescrever a concessão no fim do decennio.

Outro judeu opulento, que por esses tempos habitou Pernambuco, foi João Nunes, cuja fortuna passava de duzentos mil cruzados, uma cifra quasi astronomica para aquella época e para aquelle lugar. Para a conquista da Parahiba con-

correu com creditos, e nella se achou com o ouvidor Martim Leitão, segundo escreveu Frei Vicente do Salvador. Ali possuiu dois engenhos de assucar, um moente, outro que não moia.

Perante a mesa do Santo Officio, tanto na Bahia, como depois em Olinda, João Nunes foi accusado de graves culpas, inclusive, e esta era das mais leves, de ser largo de consciencia em seus contratos, fazendo onzenas crueis contra Christovão Vaz do Bom-Jesus, Felippe Cavalcanti, o florentino, Christovão Lins, o allemão, e muitos outros mais.

Era homem sagaz, astuto e de muito saber, o rabino da lei dos judeus em Pernambuco, ao qual os christãos-novos tinham grande obediencia e respeito, apesar de viver escandalosamente amancebado com mulher casada, sem querer restitui-la ao marido complacente, que lhe perdoára o adulterio e a reclamava com insistencia aos seus carinhos conjugaes.

Na mesma sociedade em Pernambuco se hombreavam ainda outros christão-novos que conseguiram passar á historia, mais ou menos interessantes pela influencia que exerceram em seu meio. Diogo Fernandes e sua mulher Branca Dias merecem destaque. Jeronymo de Albuquerque, o patriarcha pernambucano, em carta a D. João III, datada de Olinda, Agosto de 1556, intercedia

a favôr de Diogo Fernandes, que com outros companheiros de Vianna, por causa da guerra com os índios de Iguarassú, perdêra sua fazenda e ficára muito pobre, com sua mulher, seis ou sete filhas e dois filhos, pelo que merecia que sua alteza lhe fizesse alguma mercê, pois era homem que, para negociar com engenhos, "outro mais sufficiente na terra do que elle não se achára."

Foi, de facto, feitor do engenho de Camaragibe, de Bento Dias de Santiago, que era parente de sua mulher. Ali havia esnoga, onde nas luas novas de Agosto, em carros enramados, os judeus da terra iam celebrar o *Yom Kippur* e outras cerimonias do rito judaico.

D. Brites de Albuquerque, viuva do primeiro donatario, assistiu os ultimos momentos de Diogo Fernandes, e na agonia lhe dizia que chamasse pelo nome de Jesus, nomeando-o muitas vezes, e "elle virava sempre o focinho, e nunca o quiz nomear."

Branca Dias sobreviveu ao marido, mas já era defunta em 1594, quando o Santo Officio chegou a Pernambuco. Suas filhas casaram bem na terra: a mais velha, Ignez Fernandes, casou com Balthazar Leitão; Violante, com João Pereira; Guiomar, com Francisco Frazão; Isabel, com Bastião Coelho, por alcunha *Bôas-Noites;* Felippa, com Pero da Costa; Andresa com Fernão de Sousa;

Anna, com outro Diogo Fernandes. Uma filha de Ignez com Balthazar Leitão, Maria de Paiva, casou com o fidalgo Agostinho de Hollanda, filho de Arnal de Hollanda e de sua mulher D. Beatriz Mendes de Vasconcellos, e sobrinho-neto do papa Adriano VI, a acreditar em Borges da Fonseca e Jaboatão. Esse consorcio só foi feliz em não haver descendencia, — acrescenta com o zelo de familiar do Santo Officio o primeiro daquelles genealogistas, que aliás truca de falso, dando Brites ou Beatriz Fernandes como mulher de Agostinho de Hollanda, quando o certo é que esta foi das filhas de Branca Dias a unica que não arranjou casamento, porque era alcorcovada e feia, e tinha até o apelido de *Velha*.

Branca Dias, quando morou em Olinda, tinha casa na rua dos Palhaes, onde recebia meninas, como pensionistas, para aprenderem a coser e a lavrar com ella e as filhas.

Uma figura singular naquella sociedade foi Ambrosio Fernandes Brandão, sem cousa que duvida faça o *Brandonio* dos magnificos *Dialogos das Grandezas do Brasil,* que é um dos mais substanciosos escriptos sobre o Brasil no primeiro seculo. Custa a crer que um simples colono dispuzesse daquella formidavel cornucópia de admiraveis conhecimentos, que prodigamente derramou

nas paginas de seu livro, de informação tão segura, de observação tão justa.

Brandonio não era medico, como Garcia da Orta; delle nenhum depoimento existe de que tenha passado, como o outro, por Coimbra ou Salamanca; por isso mesmo é que maravilha como possuisse tamanho cabedal scientifico, de tão extensa erudição em materias que por seu officio ou profissão não estava obrigado a versar, quanto mais a ensinar.

Já estava em Pernambuco, pelo menos, em 1583; dahi acompanhou o ouvidor Martim Leitão como capitão de mercadores, em uma das expedições contra francezes e indios da Parahiba e tomou parte com a sua companhia no combate em que foi conquistada a cerca do Braço de Peixe. Era então um dos feitores da fazenda de Bento Dias de Santiago, e frequentava a esnoga do engenho de Camaragibe; foi por esse motivo denunciado perante a mesa do Santo Officio, na Bahia, em Outubro de 1591, com outros seus correligionarios, como João Nunes, já referido, Simão Vaz, Duarte Dias Henriques e Nuno Alvares, por ventura o interlocutor *Alviano* dos *Dialogos*, que, como elle, tambem era feitor dos dizimos reaes a cargo de Bento Santiago.

Antes de 1613 estabeleceu-se na Parahiba, onde ainda tomou parte em outras entradas con-

tra francezes e indios. Nessa época era senhor de dois engenhos de assucar, o Inobi, ou de Santos Cosme e Damião, e do Meio, ou São Gabriel; naquelle anno pedia licença para fabricar terceiro engenho na ribeira do Garjaú, e requeria uma sesmaria, que somente lhe foi concedida dez annos depois.

Ignora-se quando morreu, mas já não vivia quando os hollandezes tomaram a Parahiba.

Outra figura interessante da capitania pernambucana é a de Bento Teixeira, que se qualificou perante a mesa do Santo Officio, em Olinda, a 21 de Janeiro de 1594, como "christão-novo, natural da cidade do Porto, filho de Manuel Alves de Barros, que não tinha mais officio que tratante, e de sua mulher Lianor Rodrigues, christãos-novos, casado com Felippa Raposa, christã-velha, morador nas terras de João Paes, na freguezia de Santo Antonio, no Cabo de Santo Agostinho, mestre de ensinar moços o latim, ler e escrever, a arismetica." O visitador já o conhecia, pelas desfavoraveis ausencias que fizeram diversos denunciantes na Bahia.

Seus paes falleceram nessa capitania, onde parece primeiro a familia aportou no Brasil. Dois irmãos seus tambem adoptaram profissão literaria. Fernão Rodrigues, o mais velho dos tres, foi

mestre de ensinar moços na ilha de Itamaracá, e Fernão Rodrigues da Paz, o caçúla, ali tivera a mesma occupação, mas já não a exercia em Julho de 1595. Esse, aos dezesete annos, esteve no Rio de Janeiro, onde tomava lições de arithmetica com o christão-novo Francisco Lopes, e já tinha bom conhecimento do latim.

Depondo, em Olinda, declarou o mesmo Fernão Rodrigues da Paz não saber de parente algum seu que fosse preso ou sentenciado pelo Santo Officio, o que exclúe a hypothese de ter vindo a familia degredada para o Brasil por culpas no cartorio da Inquisição. Bento Teixeira, cerca de 1580, frequentava os estudos do Collegio da Companhia de Jesus na Bahia; era um mancebo alto, grosso, de pouca barba, e andava com vestes compridas e barreto de clerigo; quatro annos depois estava na capitania dos Ilhéos, onde contraiu matrimonio. Em Pernambuco estaria pelos annos de 1586; ahi teve escola de ensinar moços em Iguarassú, Olinda e ultimamente no Cabo de Santo Agostinho. Em Dezembro de 1594 asylára-se no mosteiro de São Bento por ter assassinado sua mulher; ignora-se a causa determinante do uxoricidio, mas não é fóra de cogitação fosse o adulterio, que pela legislação coéva não se considerava facto punivel, uma vez que o matador já em Setembro do anno seguinte, ou mesmo antes, havia

dispensado o asylo benedictino, talvez com alivio dos bons monges.

Queiram ou não queiram alguns historiographos e compiladores da literatura nacional, esse Bento Teixeira não póde deixar de ser o mesmo Bento Teixeira que escreveu a *Prosopopéa*, o qual, ha mais de tres seculos vem sendo considerado por gregos ■ troyanos como brasileiro, natural de Pernambuco, e chronologicamente o primeiro poeta do Brasil. Comprehende-se quanto é difficil anullar uma noção secularmente enkistada nos tratados de literatura, principalmente, como no caso sujeito, quando ella é, de certo modo, sympathica ao sentimento nacional de um povo. Mas, enquanto não se provar a existencia em Pernambuco, nos fins do seculo XVI, de um Bento Teixeira brasileiro nato, capaz de poetar, será toleima insistir na these classica, que só tem a abona-la ■ tradição acolhida por Barbosa Machado e servilmente recolhida por quantos vieram depois.

O depoimento de Bento Teixeira portuguez, natural do Porto, perante o Santo Officio, em Olinda, eleva-o muito acima da craveira commum dos outros depoentes, pelos conhecimentos que revela das letras sagradas e profanas, ■ das doutrinas do Talmud ■ da Cabala, que procurou contrariar com o livro dos *Symbolos* de Frei Luis de Granada, e com os tratados do bispo Jeronymo de

Osorio, *De Gloria et Nobilitate civile et christiana.* Que podia traduzir os *Psalmos,* que declarava a Biblia de latim em linguagem, que lia a *Diana,* de Jorge de Montemor, que era homem ladino, discreto, de muito juizo e saber, — informam vários denunciantes que compareceram á mesa do Santo Officio.

Era, assim, um letrado, com requisitos bastantes para produzir ■ *Prosopopéa,* ou mesmo cousa de mais substancia.

Ao Santo Officio na Bahia, como se disse, e depois em Pernambuco, chegaram contra Bento Teixeira as mais tremendas accusações, não só de praticas judaicas, como de heresia e de blasphemia. Mais de um accusador se refere ao juramento sacrilego, que fez em certa occasião, pelas partes pudendas da Virgem Maria. Como se livrou das malhas da Inquisição e da fogueira purificadora que o esperava, custa-se ■ atinar. Influencias poderosissimas haviam de ter agido em seu favôr: porventura não seria extranho a isso o proprio donatario da capitania, ■ quem foi dirigida, em 1601, ■ bajuladora *Prosopopéa*. Duarte de Albuquerque Coelho foi o protector do Padre do Ouro: Jorge de Albuquerque Coelho seria o salvador de Bento Teixeira...

Muitos outros christãos-novos havia na capitania de Pernambuco por esses tempos, com acti-

vidade na mercancia e mais profissões liberaes. A unica pharmacia de que ha noticia em Olinda, ficava defronte da Misericordia ■ pertencia ao christão-novo Luis Antunes, natural de Evora, filho do Ourives Ruy Gomes, que ali tambem exercia seu officio. Alfaiates, sapateiros, carpinas, ferreiros, barbeiros, etc., eram tambem christãos-novos, figuras sem maior relevo para serem aqui nomeadas. Uma, porém, precisa ser exceptuada, que é ■ de Thomaz Lopes, ■ Maniquête de alcunha, que fôra alfaiate, mas trocára o officio pela sinecura de guarda do Varadouro de Olinda. Era o Maniquête quem servia de campainha aos judeus, quando tinham de reunir-se na esnoga de Camaragibe, ■ para isso andava pelas ruas da villa com um pé descalço ■ um panno atado acima do artelho, o que era ■ signal combinado para aquellas reuniões.

Com todo esse pessoal travou desagradavel conhecimento o visitador Heitor Furtado de Mendoça, que chegou ao Recife a 21 de Setembro de 1593 e a 24 de Outubro installava solennemente o tribunal da Santa Inquisição em Olinda, cabeça da capitania do donatario Jorge de Albuquerque Coelho, governada então por seu primo ■ loco-tenente D. Felippe de Moura.

* * *

Por principios do seculo seguinte teve a Bahia a visitação de outro inquisitor, que foi o futuro quinto bispo do Brasil, o licenciado Marcos Teixeira, por commissão de D. Fernando Martins de Mascarenhas, bispo e inquisidor geral dos reinos ■ senhorios de Portugal. De 11 de Setembro de 1618 a 26 de Janeiro dpe 1619, funccionou a mesa do Santo Officio na cidade do Salvador, na igreja do Collegio dos Jesuitas. Ahi compareceram, no tempo da graça, algumas dezenas de pessôas, quasi todas infamadas de judaismo.

A formidavel vassourada da primeira visitação não fôra suficiente para varrer todo o mal; ■ Brasil continuava a ser, ■ continuou ainda por muito tempo, o refugio ■ o lugar de degredo para os christãos-novos: refugio para os que podiam da metropole escapar ás garras do temeroso tribunal; degredo para os que, por culpas leves, saiam para elle sentenciados. A colonia vastissima, despoliciada dos zeladores do credo official, a uns e outros permittia certa liberdade de acção; sem receio da repressão immediata uns e outros volviam, natural ■ instinctivamente ás crenças ancestraes.

As autoridades ecclesiasticas da Bahia foram accusadas de frouxidão ■ respeito das praticas de judaismo; o proprio bispo D. Constantino Barradas, que faleceu em meio da visitação de 1618, no

dia de Todos os Santos, foi incriminado de livrar com facilidade os culpados pelo Santo Officio, ■ de ter particular amizade ao padre Balthazar Ribeiro, de nação, isto é, de raça judia, que lia por uma Biblia em linguagem castelhana, da edição saida em Amsterdam, 1611.

Outros sacerdotes, além deste, sem embargo da carta régia de 4 de Fevereiro de 1603, que recommendava ao bispo do Brasil provesse as igrejas de christãos-velhos, pois constava que as mais dellas o estavam em christãos-novos, — tinham raça de judeu ■ foram denunciados ao visitador por actos de judaismo.

Os documentos dessa visitação, ainda inéditos, offerecem noticias cheias de interesse sobre alguns individuos pouco conhecidos, ou mesmo desconhecidos, que nos começos do seculo XVII viviam na Bahia. Entre elles merece ser destacado Pedro Garcia, meio christão-novo pelo lado paterno, natural da ilha de São Miguel, e senhor de quatro engenhos no Reconcavo. Foi casado com D. Maria de Araujo, viuva do celebre capitão-mór Balthazar de Aragão, o *Bángala*, que devia ter herdado do marido grossa fazenda. Quando os hollandezes invadiram a Bahia, em 1624, Pedro Garcia commandava o Forte do Mar, e morreu heroicamente, com um seu criado, na defesa dessa posição.

De passagem pela Bahia estava Manuel Dias Espinhosa, natural do Porto, filho do medico João Rodrigues Espinhosa, que já fôra preso pelo Santo Officio. O filho confessou depois em Lisboa culpas de judaismo e saiu condemnado a carcere e habito perpetuo, no auto de 5 de Maio de 1624. Não se conhece o processo a que respondeu, que talvez elucidasse ■ parentesco dessa gente com a de Abrahão Espinhosa, por esse tempo emigrado em Nantes, da qual descendeu o famoso philosopho.

Diogo Dias Querido era mercador importante na Bahia, e andára por Flandres em negocios de assucar; de uma náu de sua propriedade, chamada *São Francisco*, que indo para a India arribou ao porto da Bahia, tomou o governador D. Francisco de Sousa, quando preparava ■ expedição conquistadora do Rio Grande (do Norte), a quantia de trinta mil cruzados, que el-rei mandou pagar em Portugal de sua real fazenda, — informa Frei Vicente do Salvador.

Alvaro Sanches era escrivão da chancellaria da Bahia; um seu filho, Bento Sanches, foi denunciado por praticas judaicas, entre outras a de não comer toucinho; seu parente Manuel Rodrigues Sanches era senhor de engenho no Reconcavo. Luis de Aguiar tinha o cargo de escrivão do

provedor da Bahia; Antonio Baracho o de escrivão da Alfandega. Antonio Dias de Moraes fôra dizimeiro, mas na estação o contracto dos dizimos estava com Simão de Leão. Diogo Lopes de Evora era proprietario de um dos guindastes da cidade; antes andára por Flandres, na cidade de Nostra Dama (Amsterdam), em negocios de assucares. O licenciado Francisco Lopes Brandão, Felippe Thomaz ■ Manuel Ferreira de Figueiredo eram advogados nos auditorios da Bahia. Solicitadores de causas eram Braz da Costa Cirne e Antonio Baldáia; solicitador de partido, com o cargo dos negocios de Antonio Cardoso de Barros, era Gonçalo de Almeida. Cardoso de Barros, que foi depois um dos tres coroneis que ajudaram ■ bispo D. Marcos Teixeira a depôr o desembargador Antão de Mesquita, era filho de Christovão Cardoso de Barros, conquistador de Sergipe e governador do Rio de Janeiro, e neto de Antonio Cardoso de Barros, provedor-mór da fazenda real ■ comparte do primeiro bispo na tragedia do Cururipe; possuia na enseada de Jacarecanga, entre Matuim e Mataripe, um formoso engenho de bois, com grandes edifios ■ uma igreja de Santo Antonio, que devia ser ■ mesmo de seu avô e de seu pae, referido por Gabriel Soares.

Diogo Fernandes Diamante era feitor das fazendas de Vasco de Bri[illegible] Freire, no Paraguassú.

Cirurgião aparece somente Manuel Duarte, que já fôra sambenitado.

Senhores de engenho, alem dos que já tiveram menção, vém ainda o padre Balthazar Pereira e seu irmão Antonio Pereira, que não o eram mais; Diniz Bravo, Manuel Rodrigues Sanches, Simão Nunes de Mattos, Francisco Ribeiro, desnarigado, e outros. Lavrador de mandioca occorre apenas um, Jeronymo da Costa, de Taparica, mas muitos outros haveria, porque a farinha de mandioca era o mantimento essencial da terra, tanto que depois um bando do governador Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho determinava que todos os moradores, dez leguas em redór da cidade, fossem obrigados a mandar plantar quinhentas cóvas.

Grande era o numero de christãos-novos mercadores, entre os quaes podem ser apontados Antonio Mendes, por alcunha o Beijú, André Lopes de Carvalho, Diogo Lopes Franco e Diogo Lopes de Abrantes, Diogo Fernandes e outro do mesmo nome acrescido do patrio Elvas, para differençar; Diogo de Leão, Domingos Alves de Serpa, Duarte Alvares Ribeiro, Fernão e Francisco Mendes, Francisco Tinoco, Luis e Matheus Lopes, que eram irmãos, Manuel Cardoso de Lima, Pedro Homem de Sá e muitos outros; completam a lista Christovão Henriques, alfaiate, Fructuoso Antu-

nes, sapateiro, Antonio Velho, ourives de ouro, e Bento Pereira, o Ruivo, cortador de carne.

Entre os estudantes, citados nos documentos de 1618, vem Valentim da Costa, que tinha raça de judeu, filho do solicitador de causas Braz da Costa Cirne ■ de sua mulher D. Leonor de Sande, moradores na Bahia. Essa D. Leonor era filha de Diogo Corrêa de Sande, natural do reino, tronco dos viscondes de Asséca, e de sua mulher D. Joanna Barbosa.

Dos documentos alludidos respigam-se alguns nomes de damas da sociedade bahiana, com as quaes o inquisidor teve opportunidade de avistar-se. D. Anna Alcoforada, que comparecera á mesa do Santo Officio em 1592, ainda vivia, como tambem sua filha D. Isabel, que havia sido presa pelo mesmo tribunal; D. Leonor, mulher de Henrique Moniz Barreto, christão-velho, e sogra do mercador Diogo Lopes Franco, já fôra penitenciada. E mais: Beatriz Nunes, filha de Felippa Gonçalves e de Ruy Gomes Bravo, que morreu no Rio de Janeiro, casada com Diniz Bravo, filho de Margarida Diniz e Hercules Bravo; ■ familia tinha negocios de engenhos de assucar. Violante Pacheca, mulher de Gaspar de Almeida, christão-velho, ambos moradores no engenho de Estevão de Brito Freire, no Pacé. Maria Cardosa, mulher de Diogo Lopes de Abrantes, merca-

dor, e Catharina Mendes, mãe de Manuel Serrão, e ainda outras.

Em Janeiro de 1619 o licenciado Marcos Teixeira dava por finda a missão. Tres annos depois vinha pastorear o rebanho, que andára a expurgar das ruins ovelhas...

Cerca de 1626 foi nomeado outro inquisidor apostolico, chamado Luis Pires da Veiga, para os reinos de Angola ■ Congo e estado do Brasil. Dessa visitação o unico documento que se conhece é uma provisão de 19 de Agosto de 1627, que criou no Rio de Janeiro o officio de thesoureiro do fisco, sendo nelle provido João Gonçalves de Azevedo, alferes da fortaleza de Santa Cruz, na barra da mesma cidade.

* * *

A invasão da Bahia pelos hollandezes, em 1624, onde ■ bispo D. Marcos Teixeira teve o papel conhecido, havia de contar com a colaboração dos judeus, que assim se vingariam das penas e ultrages soffridos dos papistas. Com relação a de Pernambuco, seis annos depois, é facto comprovado que tiveram ■ auxilio de Antonio Dias Papa-robalos, que por muito tempo ali negociára e passára depois a Hollanda; foi elle quem guiou ■ expedição de Waedenburch no desembar-

que do Páu-Amarella e na marcha sobre Olinda. Segundo ■ autor do *Valeroso Lucideno*, e vai por sua conta, os christão-novos tinham contratado com os hollandezes da Companhia das Indias Occidentaes, de dar certa somma de dinheiro, naturalmente avultada, para os gastos da conquista de Pernambuco, só a effeito de serem livres do tribunal da Santa Inquisição, do qual havia noticia que vinha assentar casa naquella capitania.

Um christão-novo, Diogo Dias Fernandes, talvez descendente de Branca Dias, por muitos annos morador na Bahia, offerecia-se, cerca de 1647, á Companhia das Indias "a mostrar muitos segredos da terra, e por que portos e paragens, e a descobrir ■ que dentro se passasse pela correspondencia que lá tinha com outros como elle." Não parece que o offerecimento do espião tenha surtido effeito; pelo menos não se conhecem suas consequencias.

Durante todo o periodo da occupação hollandeza, Pernambuco ■ mais capitanias conquistadas tornaram-se ■ paraizo dos judeus. Entre todos nenhum alcançou maior valia do que Gaspar Dias Ferreira, natural de Lisboa, chegado em 1618 a Pernambuco, onde se fez possuidor de respeitavel fortuna, casas, terras, e dos engenhos Novo ■ Santo André, na freguezia de Muribéca.

Com a chegada do conde João Mauricio de Nassau, tornou-se seu amigo do peito, tanto que o acompanhou quando, passados oito annos, se retirou para a Hollanda. Foi por sua intervenção e por seus informes que Gaspar Barlaeus escreveu a conhecida obra *Rerum per octennium in Brasilia*, que é o panegyrico de Nassau e de seu governo. Na Hollanda foi amigo do padre Antonio Vieira e de D. Francisco de Sousa Coutinho, que compunham a embaixada portugueza junto aos Estados Geraes. Em 1647 a Companhia das Indias Occidentaes, de accordo com os Estados Geraes, cogitou de mandar de novo Nassau a Pernambuco, com grande reforço de tropas destinado a dominar a rebellião pernambucana; essa espectativa alarmou Sousa Coutinho, que por por intermedio de Gaspar Dias Ferreira conseguiu ter com o conde uma conferencia secreta no bosque de Haya, ás dez horas da noite, chuvendo a cantaros e, depois, pelo mesmo intermediario, mandou prometter-lhe um milhão de florins se negociasse um accordo com a inclusão de Portugal em tregua larga, e sem ella quatrocentos mil florins. A promessa derrubou Nassau, que para conseguir o objectivo de Sousa Coutinho, não se excusou inteiramente de aceitar a proposta da Companhia dos Estados, mas pediu tanto, que logo se entendeu que se excusava,

como fosse o governo do Brasil em sua vida com poder soberano, os mesmos ordenados que vencia na Hollanda, quinhentos mil florins para pagar suas dividas e aviar-se, nove mil homens dados pelos Estados e tres mil pela Companhia, com a gente de mar necessaria e soccorros subsequentes.

Na Hollanda Gaspar Dias Ferreira conseguiu carta de naturalização como subdito dos Estados Geraes; mas, ao rebentar a sublevação pernambucana, viu-se suspeito de connivencia com os rebeldes ■ compromettido por cartas, que foram interceptadas, escriptas a um seu tio, Diogo Cardoso, residente em Sevilha, a Mathias de Albuquerque ■ outras pessôas; preso, foi condemnado, em Maio de 1646, a sete annos de prisão, banimento perpetuo quando cumprida a pena, e forte multa pecuniaria. Dessa prisão logrou evadir-se, com chave de ouro, em Agosto de 1649; os Estados publicaram editaes, que offereciam o premio de seiscentos florins a quem denunciasse ■ trouxesse Gaspar Dias Ferreira, "homem de estatura um tanto baixa, grosso de corpo, de rosto moreno, e de mais de cincoenta annos de idade." Antes de fugir, Gaspar Dias Ferreira havia escripto a *Epistola in carcere*, logo divulgada pela imprensa, ■ que é um dos documentos interessantes da época. Em 1645 ha-

via redigido um largo memorial endereçado a D. João IV, em que encarecia a compra de Pernambuco aos hollandezes, que ■ rei mandou examinar pelo seu conselho. Sobre esse memorial foi que o padre Antonio Vieira escreveu o fameso parecer chamado *Papel-forte*, datado de Lisboa, 14 de Março de 1647, no qual aconselhava se offerecessem tres milhões de cruzados, em prestações annuas de quinhentos e seiscentos mil, a troco de devolverem os hollandezes os territorios occupados no Brasil, Angola e São Thomé.

Em fins de 1652, Gaspar Dias Ferreira estava em Lisboa, ■ dali escrevia a Francisco Barreto, a Felippe Bandeira de Mello e a Fernandes Vieira, com o fim de obter sua indicação para procurador de Pernambuco perante D. João IV.

Quando os hollandezes foram afinal expulsos de Pernambuco, o Conselho Supremo de Recife dirigiu-se ao general Francisco Barreto para pedir que permitisse aos judeus permanecerem no Brasil até ultima liquidação de seus negocios. Barreto indeferiu ■ pedido, dizendo que apenas expirasse o praso de tres mezes concedido aos hollandezes para embarcarem para a Hollanda, não poderia obstar ■ que o vigario geral lançasse mão dos judeus portuguezes e os entregasse á Inquisição. Sabe-se que a maioria dos judeus que se achava em Pernambuco ■ mais capitanias sub-

mettidas era de portuguezes emigrados de Portugal para a Hollanda nas successivas perseguições.

Os judeus embarcados para a patria no praso marcado, pouco tempo ali ficaram. Já acostumados ao clima dos tropicos e aos trabalhos da agricultura, tomaram a resolução de estabelecer-se na America. Na época generalizava-se a mania ou furôr de fundar colonias no Novo-Mundo; aproveitando-se da situação, o judeu David Nassy, com sua familia e muitos companheiros, solicitou e obteve da Assembléa dos XIX, em 1657, o privilegio de formar uma colonia na ilha de Caiena, com a denominação de *Patron Maistre*. Hostilizada pelos francezes, que se haviam estabelecido na terra firme, a colonia judaica foi obrigada a buscar refugio em outra parte, passando por isso a Surinam.

Em Surinam, segundo parece, encontraram os judeus de Pernambuco os seus correligionarios idos da Inglaterra, que então possuia aquella parte da Guiana.

"Quando em 1667 (escreveu J. Lucio de Azevedo, na *Historia dos Christãos-Novos Portuguêses*), por occasião da paz de Breda, o territorio ficou para a Hollanda, muitos judeus preferiram sair com os inglezes para a Jamaica. Jacob Josué Bueno Henriques e Benjamim Bueno

Henriques são nomes que ficaram conhecidos na ilha. Em Barbados encontramos judeus desde 1656. Nesse anno lhes foi concedido viverem lá com as regalias dos demais estrangeiros. Cromwell protegia essa emigração, e foi, consoante parece, o proprio que a promoveu, enviando em missão especial áquella colonia os hebreus Abrahão Mercado e um filho, em 1655, o primeiro medico de profissão, o que não exclúe a qualidade de negociante. A esta emigração do Brasil attribuem os historiadores economistas a diffusão da industria assucareira nas demais partes da America tropical."

O medico ou boticario Abrahão Mercado viveu algum tempo em Pernambuco, e foi quem levou ao Conselho do Recife a denuncia anonyma da conspiração pernambucana contra o dominio hollandez.

Nomes portuguezes encontram-se entre os antigos habitantes de New-York, de Philadelphia, de New-Haven e alhures, levados provavelmente pelos judeus expulsos de Pernambuco.

* * *

No seculo XVIII o centro de actividade dos judeus deslocou-se para o Sul do Brasil. Foi e

Rio de Janeiro o lugar que preferiram, embora, como as demais cidades brasileiras, não estivesse isenta das terriveis perseguições das autoridades ecclesiasticas, sempre vigilantes pela pureza da fé catholica. Não veio mais ao Brasil nenhuma visitação especial, mas os bispos tinham commissão do inquisidor-mór, para prender e processar aos que incorressem em culpas de judaismo e outras, remettendo-os depois ao tribunal da Inquisição em Lisboa.

Ao bispo D. Frei Francisco de São Jeronymo attribúe o historiados Varnhagen ■ impulso que tomaram logo nos principios do seculo as perseguições aos christãos-novos no Rio de Janeiro. Essa asserção carece, entretanto, de fundamento. Contesta-a J. Lucio de Azevêdo, em seu artigo *Judaismo no Brasil* (*in Revista do Instituto*, tomo 91): — "Era de Lisboa, do palacio dos Estaus, onde ■ Inquisição centralizava os seus terrores, que se despediu ■ raio para ferir alem-mar os desprecebidos apostatas. Do tempo daquelle prelado (D. Frei São Jeronymo), aparece-nos, em 1707, no auto de 6 de Novembro, Teresa Barrera, de 20 annos, natural de Olinda, filha de paes castelhanos, inaugurando a série de brasileiros condemnados. Mas essa viera de seis annos para Lisboa, e os factos que motivaram a prisão, em Lisboa se passaram. No se-

guinte auto, de 1709, a 30 de Junho, foi que pela primeira vez compareceram em numero delinquentes trazidos do Brasil, um dos quaes sentenciado á morte, cinco da Bahia e sete do Rio de Janeiro...

As perseguições foram marchando em crescendo espantoso, por tal arte que, assevera Varnhagen, de 1707 a 1711 houve anno em que se prenderam para mais de cento e sessenta pessoas, ás vezes familias inteiras, sem excepção das crianças.

Monsenhor Pizarro, nas *Memorias do Rio de Janeiro*, transcreve uma carta de testemunha pre-sencial á pessoa assistente em Lisboa, relatando a invasão francesa de 1711, onde se ■ este trecho interessante ao assumpto: "Esquecia-me dizer-lhe a quantidade de gente, que se havia preso pelo Santo Officio, que cuido passão de cem pessôas; e por não individuallas, digo que é o resto dos Christaons-novos, que Vmcê. cá conhecia; os quaes, com ■ invasão, forão buscar sua vida, e ainda andão espalhados, e andarão, até haver navios e occasião. Não irá nella José Gomes da Silva, e os filhos, porque quando o General francez sahio do Collegio (que foi a sua moradia), se abraçou com uma bandeira, dizendo: — Que aquella bandeira de el-rei de França lhe valesse — ■ com effeito foi com elles."

O anno da 1713 teve o maior contingente de pessôas do Brasil condemnadas pelo Santo Officio: foram trinta e dois homens e quarenta mulheres do Rio de Janeiro. No auto desse anno, 9 de Julho, abjurou por culpas de judaismo D. Ventura Isabel Dique, religiosa professa no convento de Odivellas, de 26 annos, natural do Rio de Janeiro. Quando, após as penitencias, regressou ao convento, rebelaram-se as outras freiras, porque não a queriam mais por companheira, e, como seus protestos não fossem attendidos, sairam de cruz alçada, abandonando a clausura. O caso subiu á resolução real, que foi desfavoravel ás rebeldes, por isso obrigadas a voltar ao convento, imagine-se com que odio contra a triste victima de seus escrupulos religiosos. O pae dessa freira, João Dique de Sousa, de 67 annos, senhor de engenho, morador no Rio de Janeiro, foi condemnado á morte por convicto, negativo e pertinaz, no auto de fé de 14 de Outubro de 1714; tres irmãos, Fernando, Diogo e Luis Dique de Sousa, sairam tambem sentenciados pelo Santo Officio.

Notavel é o numero de senhores de engenhos do Rio de Janeiro, que foram remettidos para Lisboa e depois condemnados pela Inquisição em graus diversos de penalidade, desde a abjuração em fórma, carcere e habito perpetuo ou a arbi-

trio, até á relaxação, isto é, a entrega á justiça secular para a pena de morte na fogueira. Nesse numero contam-se, sómente no auto de 1713, os seguintes: Pedro Mendes Henriques, Manuel Cardoso Coutinho, Luis Alvares Monte-Arroyo, José Corrêa Ximenes ■ sua mulher Guiomar de Azevêdo, seu irmão João Corrêa Ximenes e sua mulher Brites Paredes, João Rodrigues Calassa ■ sua mulher Magdalena Peres, Diogo Duarte de Sousa, Isabel da Silva, viuva de Bento de Lucena, Isabel Cardosa Coutinho, filha de Balthazar Rodrigues Coutinho e sua mãe Brites Cardosa, e outros ainda.

Um contemporaneo illustre, D. Luis da Cunha, em seu *Testamento politico* (citado por J. Lucio de Azevêdo), attribuia ■ essa perseguição aos senhores de engenho intuitos de cubiça, porque as propriedades eram confiscadas aos réos da Inquisição a beneficio do tribunal.

No mesmo auto de fé de de 1713 foi sentenciado a açoites e cinco annos de galés, Abrahão, ou Diogo Rodrigues, vulgarmente chamado Diogunho, de 49 annos, tratante, natural da villa de Vidaxe, no reino da França ■ morador na cidade da Bahia, pela culpa de, sendo judeu, fingir-se christão baptisado, ■ como tal receber os sacramentos da igreja.

Em 1726 o tribunal do Santo Officio condem-

nou a ser relaxado em carne o padre Manuel Lopes de Carvalho, sacerdote do habito de São Pedro, de 44 annos, natural da Bahia, "convicto, pertinaz e profluente da lei de Moysés e outros erros". Em 1729 igual sorte teve João Thomaz de Castro, de 31 annos, medico, filho de Miguel de Castro Lara, que foi advogado, natural do Rio de Janeiro, "convicto, ficto, falso, simulado, conflitente, diminuto e impenitente." Na mesma occasião foi queimado em estatua, por ter tido a fortuna de aparecer defunto nos carceres, Braz Gomes de Siqueira, mercador, natural da villa de Santos e morador na capitania do Espirito Santo, "convicto, negativo e pertinaz."

O caso do extraordinario poeta Antonio José da Silva, encarnação perfeita de Gil Vicente no seculo XVIII, por demais vulgarizado, dispensa quaesquer explanações. Domingos José Gonçalves de Magalhães, o futuro visconde de Araguaya, dedicou-lhe um drama — *O Poeta e a Inquisição*; todos os historiadores da literatura luso-brasileira encheram paginas e mais paginas com as suas desditas, com as de seu pae, o advogado João Mendes da Silva, de sua mãe e de seus irmãos, todos sacrificados ao furôr religioso dos Torquemadas do palacio dos Estaus.

A Inquisição de Lisboa, de 1700 até 1770, celebrou setenta e seis autos de fé; o de 1767 foi o

ultimo que sentenciou gente vinda do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro.

Em 1773, a carta de lei de 25 de Maio, devida ao grande Pombal, extinguiu definitivamente a separação de christãos-novos e christãos-velhos, declarando aquelles aptos para quaesquer postos e honras, como os demais portuguezes, e prohibindo que se usasse em publico ou particular a designação depreciativa, em referencia ás pessôas de origem hebréa: pena de açoites e degredo aos contraventores, sendo peões; perda de empregos ou pensões, se nobres; exterminio do reino, quando ecclesisticos. Outra lei, de 15 de Dezembro do anno seguinte, veio ampliar a precedente, com a abolição da infamia, até ahi attribuida aos que prevaricavam na fé; por essa disposição, os apostatas que, confessando o delicto, eram reconciliados no Santo Officio, não ficavam com mácula, nem inhabeis para as dignidades e officios, e muito menos seus descendentes; a infamia comprehendida sómente os condemnados á morte, impenitentes, sobre os quaes recaía a pena de confiscação, — aliás lautamente applicada, pela simples razão de que o producto do confisco devia pertencer aos inquisidores, como já ficou accentuado.

* * *

No Brasil, apesar de quantas prevenções, a verdade é que o sangue israelita sempre se misturou com o sangue christão, mesmo nas familias de presumida nobresa, como mais de um caso ficou assignalado neste resumido estudo. Decorridos mais de seculo e meio da promulgação das leis pombalinas, o elemento judeu pode considerar-se completamente absorvido na grande massa da população brasileira. Se existem ainda alguns leves resquicios de sua intromissão, estes apenas se manifestam por caracteress somaticos mais ou menos pronunciados, por sobrevivencias de certos habitos e costumes, ou por pendores atavicos para determinadas profissões.

BIBLIOGRAPHIA

1 — *Primeira visitação do Santo Officio ás Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça. — Confissões da Bahia: 1591-92.* — Introducção de Capistrano de Abreu. — São Paulo — Série Eduardo Prado: "Para melhor se conhecer o Brasil". — Editor Paulo Prado, 1922.

2 — *Ibidem*. — Denunciações da Bahia: 1591-93. — Introducção de Capistrano de Abreu. — Editor Paulo Prado, 1925.

3 — *Ibidem*. — Denunciações de Pernambu-

co: 1593-95. — Introducção do Rodolfo Garcia. — Editor Paulo Prado, 1929.

4 — *Visitação do Santo Officio a Bahia em 1618, pelo licenciado Marcos Teixeira.* — Inedito.